



ENTREVISTA

# AGRICULTURA: A "ÂNCORA VERDE" DO PLANO REAL

**ARLINDO PORTO, senador da República**

*Arlindo Porto, senador da República, eleito pelo PTB-MG, em 1994, está licenciado para ocupar o cargo de ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento no governo Fernando Henrique Cardoso. É natural do município de Patos de Minas - MG, onde iniciou sua carreira como prefeito em 1982, com grande apoio popular (97% de aprovação no final do mandato, segundo pesquisa do Vox Populi). Em 1990, foi eleito vice-governador de Minas Gerais, onde, por diversas vezes, exerceu o governo daquele estado. No início deste ano, o ministro Arlindo Porto esteve no Vaticano, onde recebeu uma bênção do papa João Paulo II, especialmente para a agricultura brasileira. A sua atuação como ministro de Estado da Agricultura do governo FHC está mais voltada para garantir maior produtividade e lucro para o produtor rural, com ênfase na modernização da agricultura familiar, principal fonte de geração de emprego e renda no campo, além de estimular e incentivar o agronegócio brasileiro como um todo. Para falar das políticas agrícolas do seu ministério e das potencialidades e aplicações da biotecnologia, o ministro Arlindo Porto concedeu esta entrevista à revista **BIOTECNOLOGIA Ciência & Desenvolvimento**.*

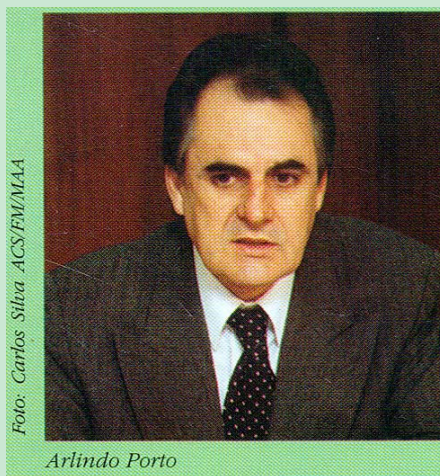


Foto: Carlos Silva ACS/FM/MAA

Arlindo Porto

**BC&D - O Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, divulgou que, para o custeio da safra agrícola de 1997/98, serão liberados, para fins de crédito, mais de 8 bilhões de reais. O senhor poderia explicitar quais as atividades e que produtos agrícolas terão prioridade para obter financiamento?**

*Arlindo Porto* - Pelo segundo ano consecutivo, haverá mais crédito à disposição do produtor a custos menores (9,5%, contra 12% na safra passada). Todas as atividades agropecuárias, incluindo pesca e extrativismo, terão acesso ao financiamento da safra 1997/98. No valor destinado

para o custeio e investimentos estão incluídas todas as lavouras, a pecuária e o financiamento para o calcário, necessário para a correção do solo. Outra novidade é que o produtor poderá financiar diversas culturas, mas sem ultrapassar o limite máximo de financiamento no qual está enquadrado. O volume de recursos para o custeio, investimento e comercialização da safra 1997/98 ultrapassa R\$ 11 bilhões. Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), são R\$ 1,65 bilhão, ao custo de 6,5% ao ano, o que beneficiará cerca de 500 mil famílias.

**BC&D - Qual o limite de financiamento que o governo vai destinar aos pequenos, médios e grandes produtores rurais, quais taxas de juros serão praticadas e que garantias eles terão que oferecer aos bancos?**

*Arlindo Porto* - Os produtores que plantarem arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e sorgo (na Região Centro-Sul) terão um limite de financiamento de até R\$ 150 mil, com taxas de juros de 9,5%. Para os produtores de algodão, foi mantido o limite de R\$ 300 mil, com as mesmas taxas de juros; e para os produtores de soja nos estados das

regiões Norte e Centro-Oeste, o financiamento é de até R\$ 100 mil (até a safra passada era R\$ 30 mil). O limite mínimo para investimento é de R\$ 40 mil. As garantias que os produtores terão que oferecer aos bancos são aquelas estabelecidas nas normas do crédito rural, que inclui a equivalência-produto e penhora dos bens dos produtores.

**BC&D - Além disso, quais as exigências do Ministério da Agricultura, através dos bancos que operam o crédito rural, para que as lavouras tenham a cobertura do seguro agrícola?**

*Arlindo Porto* - A Resolução do Banco Central nº 2.259, de 15 de março de 1996, determina como causas de coberturas do Programa de Garantia da Atividade Agrícola (Proagro) a ocorrência de geadas, granizo, tromba d'água e vendaval. Desde a safra passada, os produtores que seguem as indicações do zoneamento agrícola para plantio de milho, arroz, feijão, soja e trigo têm a alíquota do seguro agrícola reduzido, passando de 11,7% para 7%. O sistema de zoneamento permite que o produtor faça um planejamento mais adequado da atividade agrícola, pois indica o que plantar, quando e onde, de acordo com recomendações técnicas do cronograma de plantio. Para a safra 1997/98, o governo pretende incentivar a técnica do plantio direto. Por isso, haverá redução de 1% na taxa do Proagro para quem utilizar a técnica no plantio das culturas de feijão, milho e soja, dentro do zoneamento.

**BC&D - Nos países do chamado Primeiro Mundo, notadamente nos EUA, o seguro agrícola é contratado diretamente pelos produtores rurais aos bancos privados, sem nenhuma intervenção do governo e sob as condições e riscos de mercado. O Ministério da Agricultura quer o senhor dirija pretende desenvolver algum estudo ou realizar experiências neste sentido, no Brasil, para isentar o governo deste ônus e tornar a agricultura mais dinâmica, moderna e competitiva?**

*Arlindo Porto* - O governo já estuda a criação de um seguro privado para agricultura. A proposta está sendo discutida por uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura. A idéia é autorizar as empresas de seguro a fazer contratações com os produtores rurais, já que esse mecanismo ainda não existe no Brasil. O novo seguro seria mais amplo que o atual Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agrícola), que se limita a cobrir danos causados por fenômenos climáticos. Poderia cobrir, por exemplo, prejuízos provocados por pragas ou outros aciden-

tes naturais que não são garantidos no Proagro. A cobertura seria negociada livremente entre o produtor e a companhia. Mas o novo seguro só funcionará quando o setor agrícola estiver mais estabilizado, sem mudanças significativas no plano de safra. Com regras claras, o mercado poderá colocar em prática alguns mecanismos de proteção das lavouras, e as companhias de seguro poderão investir com confiança.

*"Estamos trabalhando para o setor tornar-se mais eficiente na busca da qualidade e competitividade."*

**BC&D - No Plano Real, a agricultura é tida como a "âncora verde" da estabilização da moeda. Os preços dos produtos agrícolas vêm se mantendo estáveis. Mas, de um lado a agricultura fez a festa dos brasileiros, especialmente das camadas mais pobres, de outro deixa os agricultores bastante insatisfeitos. Está havendo, sob certos aspectos, uma transferência de renda dos produtores para os consumidores pobres. O que o governo pretende fazer para manter a "âncora verde" e aumentar os lucros dos produtores agrícolas?**

*Arlindo Porto* - Nestes três anos de Plano Real, houve aumento na renda dos produtores agrícolas. Em 1996, o acréscimo foi de 12%, e para este ano a expectativa é de um incremento de 11% na renda agrícola. A produção de soja e milho alcançou um valor total de R\$ 11 bilhões e o café chegou a R\$ 4,2 bilhões. O suco de laranja atingiu R\$ 2 bilhões e o leite R\$ 4 bilhões. O mercado de carnes (bovina, suína e aves) movimentou R\$ 15 bilhões. Uma das razões para o aumento da produção e da produtividade agrícola é que os produtores têm mais tecnologia à sua disposição. Entre as alternativas disponíveis está o zoneamento agroclimático, com indicações técnicas sobre as melhores condições para plantio, e sementes melhoradas, desenvolvidas pelos centros de pesquisa da Embrapa. O financiamento para a compra de fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas, além do anúncio antecipado das regras para custeio e investimento, também tem sido fator fundamental de apoio aos produtores. Paralelamente ao aumento da renda dos agricultores, aumentou o poder de compra do salário mínimo. Após o Plano Real, mais de 13 milhões de pessoas ingressaram no mercado de consumo, causado por um aumento de 24% na renda dos trabalhadores e estabilização no custo da cesta básica.

**BC&D - O Plano Real elevou a safra anual**

**de grãos de 76 milhões de toneladas para mais de 80 milhões este ano. O peso da agricultura no volume total das exportações subiu de 26% em 1993, antes do Plano Real, para mais de 30% em 1997. A que o senhor atribui o aumento dos produtos agrícolas nas exportações brasileiras nos últimos quatro anos?**

*Arlindo Porto* - Entre as razões para o aumento da participação da agricultura nas exportações brasileiras, está a abertura econômica iniciada há sete anos. Entre 1990 e 1996, o superávit da balança agrícola saltou de US\$ 5,9 bilhões para US\$ 8,5 bilhões. Outros setores da economia não tiveram o mesmo desempenho, sendo que a indústria, por exemplo, apresentou um saldo negativo de US\$ 9,3 bilhões em 1996. O processo de abertura ao comércio exterior encontrou um sistema produtivo capaz de gerar resultados positivos. O bom resultado da agropecuária também é reflexo da alta internacional dos preços da soja e do café. Para o ano de 1997, as expectativas são bastante otimistas, e a agricultura deve continuar com um crescimento bem acima de outros setores da economia. As projeções indicam um aumento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor este ano, contra uma média de 3,3% do país em geral, podendo se transformar no carro-chefe da economia brasileira. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) já trabalha com a expectativa de uma expansão da lavoura de 6,7% e da pecuária, 8,3%. Mesmo com o bom desempenho da balança comercial agrícola, estamos trabalhando para o setor tornar-se mais eficiente na busca da qualidade e competitividade, com redução de custos, que ainda são barreiras a serem eliminadas. Quando atingirmos este objetivo, será possível melhorar nosso desempenho em relação à balança comercial com os parceiros do Mercosul, e conquistar mercados externos mais exigentes.

**BC&D - A modernização da agricultura estabilizou o número de postos de trabalho no campo e a área total cultivada. Por outro lado, a produção vem crescendo porque os agricultores aumentaram a produtividade, com o uso de mais tecnologias, fertilizantes, sementes, adubos, defensivos etc. Como o governo pretende manter o crescimento da produtividade, aumentando, ao mesmo tempo, a oferta de empregos no campo?**

*Arlindo Porto* - A agricultura é detentora de 20 milhões de empregos, e o agronegócio é responsável por quase 40% do PIB nacional. Sua importância econômica e social é incontestável, e encontrar a fórmula para incentivar o uso de tecnologias que aumentem a produtividade sem impedir o êxodo rural é um desafio. Uma

alternativa é trabalhar com culturas que utilizam mão-de-obra, como a cultura do algodão, que já desempregou 345 mil pessoas em todo o país. Alguns estados, como Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, estão incentivando o plantio do algodão. No Mato Grosso, o governo lançou o Programa de Incentivo Fiscal ao Plantio de Algodão, cujo objetivo é aumentar a produção de 77 mil toneladas este ano, para 263 mil toneladas nos próximos três anos. A idéia é atrair a indústria têxtil, com garantia de produção. No Estado de Goiás, milho e pastagens deverão ceder ao plantio de algodão. O que tem estimulado os produtores goianos a investir na cotonicultura no estado são a retomada do preço no mercado interno (o melhor dos últimos três anos) e a diminuição da área plantada em outros estados, sobretudo em São Paulo e Paraná. Em Minas Gerais, a Emater lançou programas para revitalizar a cultura. A princípio, o programa espera reduzir o ciclo da cultura nas regiões Norte e Nordeste - de forma a diminuir os efeitos do clima semi-árido - e implantar unidades demonstrativas com base em variedades adequadas ao solo e tecnologias específicas na região central do estado. O projeto já atingiu 7 mil pequenos produtores em 51 comunidades dos municípios que plantam algodão. Na área federal, o governo deverá utilizar um mecanismo oficial de comercialização de algodão para garantir o preço do produto. Provavelmente haverá Prêmio de Escoamento de Produção (PEP) já na próxima safra. O algodão é uma cultura que gera emprego e renda quatro vezes mais do que a soja; portanto o trabalho em conjunto na busca de soluções para o setor sempre terá o apoio do Ministério da Agricultura. Numa visão globalizada, o desemprego é um desafio mundial diante da abertura econômica. São 18 milhões de desempregados na Europa, 4 milhões na Alemanha, 3,5 milhões na França. A crescente automatização e programas de redução de custos pesam significativamente na mão-de-obra. Há muitos trabalhadores na indústria que há dez anos. Mas a agricultura, ao contrário, está absorvendo gente. De 1990 para cá, criou 4 milhões de empregos, mesmo que de subsistência. Só no Brasil temos a alternativa da terra. Para usufruir desse privilégio, é preciso tornar a agricultura atraente para os jovens, que hoje migram para as cidades. Um campo que pode ser explorado é o da energia, cujo consumo aumentará 50% em 13 anos. Para não depender da energia fóssil, o Brasil precisa de biomassa como fonte energética, o que só pode vir da agricultura. Agricultura para fins energéticos abre grandes possibilidades para o Terceiro Mundo, e para o Brasil em particular, onde já temos a experiência do Proálcool. Os setores mais eficientes para aliar geração de emprego com cres-

cimento econômico estão, quase todos, na agroindústria. Por isso, a importância de se elaborar políticas permanentes para o setor.

**BC&D - Uma das mais eficientes maneiras de aumentar a produção de alimentos é evitar o desperdício da colheita, armazenamento e transporte de cereais e grãos. Foi divulgado na mídia que, anualmente, são perdidas no Brasil dois milhões de toneladas de milho e dois milhões de toneladas de soja, além de mais de 600 milhões de litros de leite. O Ministério da Agricultura está realizando algum estudo para evitar estes desperdícios e, com isso, melhorar a renda do produtor?**

*Arlindo Porto* - No início deste ano, o Ministério da Agricultura lançou a Campanha Nacional de Redução de Perdas nas Colheitas de Milho e Soja. A campanha alerta o produtor sobre todos os cuidados a serem adotados antes e durante a colheita. Levantamentos realizados em campo indicam que a maior parte das perdas se deve a regulagens malfeitas nas colheitadeiras, e ao uso inadequado das máquinas, que no Brasil têm, em média, dez anos, e precisam de manutenção constante. Além disso, os operadores das máquinas não trabalham com a velocidade adequada para a colheita de cada cultura. As empresas de máquinas agrícolas estão trabalhando na campanha, dando treinamento para a regulagem das máquinas. Com a campanha, pretende-se recuperar 5 milhões de toneladas de milho e 1,68 milhão de toneladas de soja que se perdem, anualmente, entre a colheita e a armazenagem em oito estados da Região Centro-Sul (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo). Estes estados respondem por 90% da produção nacional destes grãos, e a recuperação da perdas representará um acréscimo de R\$ 1 bilhão na renda dos agricultores.

**BC&D - A biotecnologia, hoje, no mundo, vem se mostrando como uma ferramenta importante para a redenção da agricultura, com o aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos alimentos, desenvolvimento de novas variedades resistentes a pragas e doenças e redução das perdas de pós-colheita. O seu mercado potencial, em nível mundial, é estimado em 30 bilhões de dólares, somente na agricultura. De que forma o Ministério da Agricultura pretende estimular as pesquisas e o desenvolvimento da biotecnologia aplicada à agropecuária no Brasil?**

*Arlindo Porto* - O Ministério da Agricultura,

através da Embrapa, vem desenvolvendo projetos de pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia, aplicados à agricultura e pecuária. As atividades são coordenadas por um Programa de Desenvolvimento de Pesquisas Básicas em Biotecnologia, que, hoje, conta com 30 projetos de pesquisa aprovados, com financiamento de R\$ 1,7 milhão para este ano. O programa tem por objetivos compreender os processos biológicos fundamentais e desenvolver métodos avançados de biotecnologia, importantes para a competitividade, sustentabilidade e qualidade da produção agropecuária e agroflorestal. Dentro deste contexto, o programa visa também a desenvolver e promover cooperação entre as instituições nacionais e internacionais, para agilizar a transferência de conhecimentos e tecnologias em biotecnologia e também incentivar o desenvolvimento e utilização de técnicas modernas de biotecnologia. As principais linhas de pesquisa estão relacionadas à reprodução de plantas, controle de praga, controle de pragas e melhoramento genético e sanidade animal e vegetal. Além disso, a Embrapa está publicando um edital de convocação para o financiamento conjunto com o Banco Mundial de projetos competitivos na área de biotecnologia avançada. Acreditamos que estes projetos terão grande impacto no desenvolvimento de novas biotecnologias para a agricultura e a pecuária.

**BC&D - A engenharia genética revolucionou o processo de melhoramento de plantas, animais e microrganismos porque permite a construção de novas variedades que jamais seriam obtidas pelos métodos tradicionais de cruzamento e melhoramento genético. Com essas novas técnicas de engenharia genética, genes de espécies absolutamente diferentes, como, por exemplo, de bactérias x plantas, de animais x microrganismos, podem ser compartilhadas num único organismo geneticamente modificado. Em que setores da agricultura o senhor acha que a biotecnologia tem que dar respostas mais rápidas, de forma a atender aos mercados interno e externo?**

*Arlindo Porto* - As plantas geneticamente modificadas são hoje uma realidade. Podem ser facilmente obtidas plantas com um conteúdo nutricional superior às tradicionais, plantas com resistência a insetos e doenças. Assim, pode-se obter plantas mais saudáveis e reduzir o custo de produção pela redução de insumos e químicos. Plantas transgênicas estarão em breve no mer-

cado nacional, pois algumas empresas já solicitaram autorização junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), para experimentação em campo de plantas transgênicas. Em associação com a Embrapa, algumas empresas estarão introduzindo genes de resistência em cultivares brasileiras, o que as tornará competitivas em nível internacional, principalmente nas commodities. Na área animal, os avanços serão obtidos nos campos de sanidade, através do desenvolvimento de kits-diagnóstico, na área de vacinas e através do uso de marcadores moleculares como ferramentas de auxílio no melhoramento animal.

**BC&D - Na Europa, a resistência dos consumidores aos produtos transgênicos foi tão forte que o Parlamento europeu chegou a exigir a suspensão das vendas de milho transgênico norte-americano, até que se discuta adequadamente os efeitos a longo prazo das manipulações genéticas. Na sua avaliação, o Ministério da Agricultura brasileiro está preparado para realizar estratégias de campanha publicitária para conscientizar a população quanto à aceitação, utilidade e potencialidade dos produtos geneticamente modificados, ou esta atribuição ficará a cargo das empresas interessadas?**

*Arlindo Porto* - A Embrapa está preparando uma série de vídeos instrutivos para a conscientização da população brasileira. O primeiro vídeo da série, intitulado Plantas Transgênicas, está pronto e será distribuído em instituições de pesquisa e ensino, estando também disponível para a população interessada. Esta é a forma mais fácil de colocar os pesquisadores, responsáveis pelo desenvolvimento destas tecnologias, para conversar em linguagem acessível ao público, explicando o que vem a ser biotecnologia.

**BC&D - O Brasil, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tem um forte e eficiente trabalho de defesa sanitária vegetal e animal. Os produtos geneticamente modificados que forem desenvolvidos em outros países e exportados para o Brasil terão que ser submetidos a esses mesmos procedimentos de defesa sanitária, ou serão submetidos a outro tipo de inspeção no MA?**

*Arlindo Porto* - No Brasil, a Lei 8.974/95 (Lei de Biossegurança) estabelece normas para uso de técnica de engenharia genética e liberação, no meio ambiente, de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). De acordo com o artigo 7º da Lei de Biossegurança, a fiscalização de OGMs cabe aos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, cada qual no âmbito da

sua competência. Nós já estamos preparando os fiscais das Delegacias Federais de Agricultura, em todo o Brasil, para atuarem na área de biossegurança. Para isso, foi criado, em abril deste ano, o Núcleo de Biossegurança Vegetal, composto por representantes do Ministério da Agricultura e da Embrapa. Através de cursos e treinamentos, os técnicos poderão avaliar o nível de risco à saúde do consumidor e ao meio ambiente, com a introdução dos vegetais transgênicos. A criação do Núcleo de Biossegurança é um dos primeiros passos para viabilizar a fiscalização e o monitoramento de plantas e organismos vegetais transgênicos e estabelecer as bases para a emissão, pelo Ministério da Agricultura, de Certificados de Biossegurança. Nossa preocupação é com a importação de soja transgênica de países vizinhos, devido à inexistência, no Brasil, de normas de comercialização para vegetais geneticamente modificados. Atualmente, a fiscalização de OGMs é realizada pela Comissão Técnica Nacional de

*"O agronegócio é responsável por quase 40% do PIB nacional"*

Biossegurança (CTNBio). Como só temos informações de plantas transgênicas de clima temperado (Europa e Estados Unidos), a CTNBio permite a importação de pequenas quantidades de sementes, para trabalhos em contenção e algumas liberações no campo, no sentido de obter dados sobre o comportamento destas plantas em clima tropical e sua interação com espécies nativas.

**BC&D - Não dá para falar em pesquisa biotecnológica sem enfatizar a Lei de Patentes e a Lei de Proteção de Cultivares. Com estas leis, que foram recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente da República, de que forma o melhorista, produtor rural e o agronegócio, de um modo geral, vão contabilizar maiores ganhos e lucro com suas atividades?**

*Arlindo Porto* - A Lei de Patentes e a Lei de Proteção de Cultivares têm como objetivo aumentar os investimentos em pesquisa agrícola no Brasil. A grande vantagem da Lei de Cultivares é o maior retorno financeiro dos investimentos, tanto pelas empresas nacionais quanto multinacionais, estimulando o setor de pesquisas e aumentando a capacidade de geração de cultivares. Para os produtores e para o agronegócio, a vantagem é que, com o estímulo à pesquisa, o mercado será aquecido com a oferta de sementes melhoradas, que possibilitarão ganhos na produ-

tividade e, conseqüentemente, na renda agrícola. É ainda um avanço em relação aos países do Mercosul, pois o Brasil era o único que não oferecia este tipo de proteção. Com a regulamentação da lei, o pesquisador, cientista ou empresa que trabalhar com o melhoramento de plantas, criando novas variedades, receberá royalties de 3% a 5% sobre o que for comercializado ou multiplicado a partir de sua pesquisa. Inicialmente, a lei valerá para arroz, algodão, batata, feijão, milho, soja, sorgo e trigo, e, gradativamente, será estendida para outros produtos. Conforme determina a nova lei que protege as cultivares, o Ministério da Agricultura criará o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), que avaliará vários requisitos que o melhorista deve apresentar para ser beneficiado pela lei. Os produtores de sementes poderão negociar livremente com empresas ou pesquisadores que desenvolverem novas cultivares, sem interferência do ministério, mas o não-pagamento da porcentagem estabelecida implicará indenização à parte lesada, apreensão do material comprado, multa e até mesmo processo por violação dos direitos dos melhoristas.

**BC&D - O Brasil é detentor da maior biodiversidade do planeta. A biodiversidade é a grande provedora de genes para a pesquisa e desenvolvimento de produtos biotecnológicos. A mídia tem divulgado, com certa frequência, que está havendo uma verdadeira "pirataria" dos recursos genéticos brasileiros, especialmente da Amazônia. O Ministério da Agricultura tem algum papel na defesa dos nossos recursos biotecnológicos?**

*Arlindo Porto* - O Ministério da Agricultura, assim como todo o governo, tem consciência da importância e do valor da nossa biodiversidade. Temos participado ativamente de discussões nacionais e internacionais para a regulamentação da exploração e uso de recursos biológicos, não só na Amazônia, mas também nas áreas de cerrado, também muito ricas em recursos biológicos. Através da Secretaria de Defesa Agropecuária, estamos atuando na fiscalização da introdução de patógenos e pragas de importância agrícola, evitando a contaminação do nosso território com doenças e insetos. Através da Embrapa, estamos discutindo a lei de acesso a recursos biológicos, da senadora Marina Silva. Quanto à "pirataria", o Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) é o órgão responsável pela permissão oficial para missões estrangeiras de coleta de material genético no território brasileiro. No entanto, apesar dos esforços, é muito difícil fiscalizar a nossa enorme extensão territorial sem a ajuda do público e das instituições dos diversos ministérios.

